

APRESENTAÇÃO

Transcorridos os primeiros seis meses após a implementação do Plano Collor, os resultados esperados no sentido de combate à inflação revelam a dificuldade da política econômica em domar esse processo no curto prazo. A estratégia ortodoxa levada a efeito pelo Governo Federal apenas poderá produzir resultados satisfatórios em um horizonte de tempo ainda longínquo, sob a esteira de uma severa recessão, já perceptível, e sob uma condução rígida das metas de política econômica delineadas no próprio Programa de Estabilização. Por enquanto, falar em retomada do crescimento econômico é mera utopia, pois as condições permissivas a esse intento estão longe de se materializar. A gestação dessas condições passa, irremediavelmente, não só pelo esmorecimento do processo inflacionário — nota fundamental do Programa de Estabilização —, como também, e de forma não menos decisiva, pela redução da pesada dívida pública interna e pelo equacionamento e renegociação de nossa dívida externa.

Nesse sentido, dedicamos especial ênfase, neste número, à análise da renegociação da dívida externa, que, no trimestre em questão, marcou a conjuntura nacional. A política externa, “âncora” menos privilegiada do Programa de Estabilização, assumiu posição de destaque neste trimestre. Isto porque a proposta de renegociação encaminhada aos credores internacionais tem sido apresentada como inovadora e coerente em relação tanto às metas do Plano quanto aos anseios nacionais por um tratamento de longo prazo e não obstaculizador à retomada do crescimento econômico.

Todas essas questões remetem-nos a uma indagação: há uma nova reinserção da economia brasileira no cenário internacional? A resposta a essa pergunta, devido a sua importância, a sua amplitude e a sua complexidade, é o eixo principal do nosso Tema em Debate, o qual se centra em três temas: a discussão sobre a renegociação da dívida externa e propostas alternativas; a reestruturação internacional em grandes blocos econômicos; e os efeitos do conflito no Golfo Pérsico sobre as principais economias industrializadas.

No acompanhamento conjuntural, enriquecido, a partir deste número, com a incorporação da análise setorial de Emprego e Salário, discutem-se os principais efeitos do Plano Collor sobre a condução das políticas monetária e fiscal e aspectos do desempenho trimestral da indústria e da agricultura no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Na seção Artigos de Conjuntura, incluem-se artigos que analisam desde a conjuntura política pós-Plano Collor até questões referentes a seus desdobramentos em setores específicos, tais como na agricultura, no sistema bancário e no setor industrial. Em um plano mais genérico, estão também incluídas abordagens que enfatizam tanto os efeitos da crise da década de 80 sobre o mercado de trabalho quanto a natureza da recente crise do capitalismo contemporâneo.

O EDITOR